
IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO PROCESSO DE CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DA BAHIA E SERGIPE

ADLA CARLA SANTOS [adlacsantos@gmail.com] E MACIEL SILVA [maciel_avlis@hotmail.com]

Recebido em 15/maio/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

A crescente busca pela satisfação do desejo consumista leva muitas famílias ao endividamento descontrolado trazendo como consequência, na maioria dos casos, declínio financeiro. O presente estudo teve por objetivo a identificação das principais causas do endividamento financeiro familiar, buscando compreender tal fenômeno e avaliando a contribuição do planejamento financeiro para sua minimização. Buscou-se ainda a identificação do perfil social, econômico e financeiro, e, o nível de comprometimento da renda das famílias estudadas. Metodologicamente, o trabalho foi concebido através de uma pesquisa descritiva, por meio da aplicação de questionários, para obtenção de dados primários junto às famílias da Bahia e de Sergipe. Verificou-se com este estudo que, a utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequados às reais necessidades da família auxilia no estabelecimento de metas de consumo, evitando a tomada de decisões imediatistas. Todos integrantes da família deverão estar envolvidos neste planejamento, uma vez que isso possibilita um amadurecimento e compreensão da real situação financeira da mesma. Assim, após estabelecimento de metas e estratégias para alcançar um objetivo comum, o equilíbrio e a estabilidade financeira poderão ser alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Financeiro. Endividamento das Famílias. Estabilidade Financeira.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento do estímulo ao consumo por parte dos incentivos, tais como facilidade ao crédito, o nível de endividamento vem crescendo. A necessidade de adquirir novos bens de consumo impulsiona os indivíduos a endividar-se cada vez mais, tornando-se um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”. Buscando compreender esse fenômeno, o presente estudo tem como tema “Endividamento Familiar” e visa identificar as principais causas desse endividamento de forma a compreender tal problemática. O estudo foi realizado nas regiões metropolitanas de Sergipe e Bahia.

Para Ferreira (2006), endividamento tem sua origem no verbo endividar-se, o que significa contrair dívidas. Dependendo do nível do endividamento, os indivíduos podem comprometer parte significativa de sua renda, o que muitas vezes leva-os a não cumprir com suas obrigações financeiras.

A utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequados às reais necessidades da família auxilia no estabelecimento de metas de consumo, evitando, dessa forma, que as decisões sejam tomadas impulsionadas pelo imediatismo. Esse, que, na maioria das vezes, leva as pessoas a gastarem sem necessidade ou até mesmo fazer um investimento que não podem.

Domingos (2007), afirma que muitas vezes as pessoas, por pensarem que nunca

conseguirão realizar grandes sonhos, tais como: adquirir uma casa na praia, realizar viagens nacionais e internacionais, acabam gastando seus recursos em pequenos objetos de desejo. Objetos que lhes darão a sensação de estarem inseridos na sociedade de consumo.

Ainda segundo Domingos (2007) o desequilíbrio financeiro atua como uma doença que merece tratamento específico. Cuidados especiais, pois se não for diagnosticada a tempo poderá resultar em uma crise que não afeta apenas o indivíduo, ou a família envolvida, mas sim a sociedade em que estão inseridos, no geral.

Segundo Farinhas (2005, p. 42), “todos precisam de limites, e tudo que perde o limite fica desgovernado”. A ausência de limites leva ao consumo descontrolado, pois muitas pessoas adquirem bens que não precisavam e depois se arrependem.

De acordo com o Índice de Expectativas das Famílias (IEF), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), em Junho de 2012 apenas 37,8% das famílias nordestinas não estão endividadas.

Levando-se em consideração o nível de endividamento das famílias brasileira e buscando entender esse fenômeno a partir de uma realidade local, este artigo tem a seguinte questão norteadora: **de que forma o Planejamento Financeiro contribui para a redução do nível de endividamento das famílias da Bahia e Sergipe?**

Para que essa compreensão seja alcançada, foi proposto como objetivo principal avaliar a contribuição do planejamento financeiro para minimização do endividamento das famílias Baianas e Sergipanas. Buscou-se também através desse estudo, e de forma mais específica, identificar qual o perfil social, econômico, financeiro das famílias analisadas; avaliar qual o nível de endividamento das famílias em questão; analisar os fatores que afetam o nível de endividamento das famílias pesquisadas, bem como, verificar quais os instrumentos de planejamento financeiro disponíveis e quais são utilizados pelas famílias.

Segundo dados publicados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), publicados em novembro de 2012, houve um recuo em relação à Intenção de Consumo das Famílias (ICF) no âmbito nacional. Um dos fatores principais para redução deste índice é o elevado nível de endividamento das famílias. Embora este índice elevado de endividamento seja nacional, o ICF das famílias nordestinas lideram o ranking regional de otimismo para o consumo, apresentando 160,1 pontos, o que acaba por resultar em mais endividamentos.

A principal motivação para explicar sobre tema é a importância que ele exerce no contexto familiar, uma vez que o emprego da renda influencia diretamente no comportamento dos indivíduos. Assim, estudar uma região específica pode contribuir para identificação do perfil das famílias, bem como o grau de comprometimento com as obrigações adquiridas, levando ao entendimento desse fenômeno recente em nossa realidade nacional.

Para obter um embasamento condizente com o estudo, a pesquisa de campo foi realizada tendo como instrumento de coleta de dados o questionário. O instrumento foi aplicado com indivíduos residentes nos estados da Bahia e de Sergipe, levando – se em consideração a acessibilidade, ou seja, participaram os sujeitos que, após serem consultados e informados do propósito da pesquisa, aceitaram responder o

questionário. Visando apresentar uma análise sólida quanto à importância do planejamento financeiro no controle do endividamento, os dados foram tabulados em um software estatístico [Sphinx] e analisados.

O trabalho está dividido em sete seções. A primeira aqui apresentada é a introdução, que traz os aspectos delimitadores da pesquisa. A segunda, a terceira e a quarta seções apresentam o referencial teórico, que incorpora informações sobre planejamento financeiro, planejamento financeiro familiar e endividamento e suas causas. A seguir, na quinta seção, é apresentado o percurso metodológico. Na sexta seção apresentam-se os dados da pesquisa de campo, e, por fim, na sétima, e última seção, apresentam-se as considerações finais.

2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Oliveira (1999), diz que planejamento corresponde a um processo desenvolvido para que uma situação seja alcançada de forma eficaz com adequada alocação de esforços e recursos. Para os autores Miranda e Libonati (2002), o planejamento é uma atividade que antecipa as mudanças por meio da estruturação de recursos e ações a serem alocados para que as expectativas almejadas sejam alcançadas.

O Dicionário Michaelis (2008) conceitua financeiro, como relativo a finanças. Finanças por sua vez, é conceituada como erário, tesouro público, o dinheiro de que se dispõe. Portanto, quando se fala de finanças, pode-se dizer que é um método de administração dos recursos disponíveis, que pode ser no meio particular ou empresarial, discutindo-se a distribuição e aplicação dos recursos, seja ele um salário de uma pessoa específica ou faturamento de uma organização. Assim, compreende-se como referindo-se à circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos.

Ao unir o conceito de planejamento com o de finanças obterem-se o conceito de planejamento financeiro, que para Gitman (1997) é um aspecto importante para sustentação e funcionamento de uma unidade econômica, pois fornece roteiros para coordenar, controlar e dirigir ações na consecução de objetivos. O planejamento financeiro deve estabelecer o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Dessa forma, o plano financeiro é uma declaração do que deve ser feito no futuro.

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

O conceito de planejamento pode ser aplicado ao âmbito familiar, quando se resolve analisar a origem e aplicações dos recursos obtidos pelas famílias. Para que esta análise seja eficiente, torna-se necessário observar os aspectos financeiros e econômicos dos agentes envolvidos neste grupo.

Segundo o Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego (GICEA) a contabilidade doméstica ou familiar tem como definição o meio utilizado pelas famílias com o objetivo de permitir conhecer a cada momento sua situação patrimonial e financeira. O método utilizado pode ser do mais simples ao mais complexo. O que se deve considerar é a eficácia do método, pois deve dar suporte às famílias na tomada de decisão, no que concerne à gestão de suas receitas face às despesas (GICEA, 2013).

Através de um planejamento financeiro é possível estabelecer metas de consumo realistas e planejar aquisições de médio e longo prazo, tais como: como aquisição de um imóvel, de um veículo ou de até mesmo, investimentos em educação. Para que o sucesso financeiro possa ser garantido é necessário controlar o que se ganha e o que se gasta. Quando existe

controle financeiro, mesmo com uma renda não muito alta é possível ter boa qualidade de vida. O contrário dessa afirmação também pode ocorrer, pois é possível que pessoas com rendas muito altas e nenhum controle financeiro, não vejam que pelo mau uso, seu dinheiro “escorreu pelo ralo”.

O Instituto de Estudos Financeiros (IEF), afirma que “um bom planejamento financeiro pessoal ou familiar começa pela criação de um orçamento pessoal confiável, o que significa previsões com um satisfatório grau de precisão”. O IEF continua analisando que muitas pessoas se deparam com o fato de que muitas despesas projetadas são superadas, isso é resultado de um planejamento incompleto, insuficiente (IEF, 2010).

No universo familiar, onde a maior característica são laços afetivos, a questão financeira pode influenciar negativamente essas relações, visto que a falta de planejamento e comunicação sobre gastos podem gerar desarmonia e conflitos.

Strate (2010) afirma que planejar não é tarefa fácil, logo que passar a controlar gastos requer intensa disciplina, durante um curto período de tempo, até que seja dada devida atenção a eles.

Para que o entendimento geral de finanças torne-se claro é necessário compreender que ela gira em torno da origem e da aplicação dos recursos, o que pode-se chamar de receitas e despesas. Pode-se enumerar em um contexto doméstico as receitas e despesas. Considerando como receitas os recursos provenientes dos salários, bonificações, comissões, receitas de aluguéis, pensões, mesadas, etc. Já no que se refere às despesas, pode-se considerar todos os gastos necessários à manutenção do lar, tais como água, energia, alimentação, transporte, moradia, etc. Neste contexto o planejamento financeiro familiar (PFF), é abordado como instrumento de controle importante e altamente significativo para as famílias, pois agrega a este ambiente a consciência da aplicação consciente dos recursos, bem como o estabelecimento de prioridades e metas.

Torralvo (2008) considera que mais importante que a fase de elaboração do PFF, seja a fase de implantação do mesmo, uma vez que no papel é fácil identificarmos as receitas e despesas, em que área devemos economizar ou investir, os tributos que devem ser pagos, etc. Contudo, na prática, todos os dias os membros da família são influenciados por uma série de informações para consumir, o que os fazem, na maioria das vezes esquecer que os desejos são ilimitados, mas os recursos são finitos.

4 ENDIVIDAMENTO E SUAS CAUSAS

Na realidade econômica vivida pelas sociedades modernas constatou-se um aumento significativo no endividamento da população e principalmente das famílias. Partindo desse pressuposto, a má administração financeira está entre o principal fator desse processo de endividamento. Isso acontece porque as famílias não acompanham a destinação dos seus recursos financeiros e não planejam seus orçamentos, levando-as ao endividamento.

O apelo ao consumo é a principal causa do endividamento de alguns indivíduos. Na maioria das vezes, pela facilidade ao crédito, a etapa de consumo tem sido cada vez mais antecipada, o que acaba por gerar dívidas a prazo, que quase sempre estão sujeitas a juros. Em relação aos índices de endividamento sabe-se que 41% dos consumidores brasileiros estão endividados, deste total

38% estão com as prestações em atraso e 55% contraíram dívidas maiores que observado há um ano (FOLHA, 2012).

O uso do cartão de crédito contribuiu para o endividamento das pessoas, segundo Block-Lieb e Janger (2006, p. 1537), “Com o pagamento em dinheiro o limite de poder de compra é tangível, ao contrário do cartão de crédito”. É perceptível que o uso do cartão provoca dissonância cognitiva entre os consumidores, já que, eles não pagam a parcela do dinheiro à vista, em espécie, mas sim a fatura quando esta chega durante o mês. Há a possibilidade das famílias ou consumidores pagarem o mínimo estabelecido pela operadora de cartão de crédito, a fim de assumirem gastos com outras necessidades, o que leva a um endividamento familiar ainda maior.

Soman (2001), correlacionando essa dissonância cognitiva nos consumidores, aborda que os usuários do cartão de crédito têm a possibilidade de gastarem muito mais devido ao erro de cálculo em relação ao montante de renda que ainda estava prevista para as compras adicionais.

Outro fator para o endividamento familiar é a inexistência de uma conta reserva, a maior parte das famílias não possuem uma reserva para imprevistos ou emergência, daí quando aparece qualquer eventualidade a primeira saída é o cartão de crédito, tornando-se assim meio vicioso e muito difícil de controlar. Além disso, outro ponto de endividamento é uma realidade vivida por algumas famílias brasileiras, principalmente das regiões metropolitanas. Elas buscam um estilo de vida que não se adequa à realidade financeira vivida no momento - ganham um salário inferior a sua média de consumo.

O IEF (2010) ainda em sua matéria “Planejamento Financeiro Pessoal” pontua que “os dissabores das compras feitas por impulso costumam ser bem mais fortes e duradouros que as satisfações por elas proporcionadas”. Sugere como forma de minimizar esses impulsos as seguintes ações: deixar de utilizar o cartão de crédito, não usar talões de cheques, evitar passar por certos lugares [shoppings, por exemplo], e, até mesmo, não levar crianças às compras.

Strate (2010) ao discutir este assunto afirma que a melhoria da qualidade de vida vem como resultado da racionalização das necessidades, pois dessa forma torna-se possível sobreviver dentro das reais possibilidades oferecidas pelos ganhos ou renda familiar.

5 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou como referência a pesquisa descritiva, onde, para levantamento dos dados primários, foi utilizada a aplicação de questionários. Segundo Marconi e Lakatos (2007) o questionário é um instrumento de coletas de dados que tem como objetivo responder às necessidades de conhecimento de determinado problema ou fenômeno.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de dados secundários. Publicações sobre o tema serviram de suporte para a coleta de dados exploratórios, para a construção do instrumento de coleta de dados – o questionário, e para a fundamentação da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com pessoas das regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Com isso, o público alvo foi escolhido pelo critério de acessibilidade e conveniência, conceituado por Mattar (2001). Dessa forma, possibilitou rapidez e eficácia ao processo de coleta dos dados. Além disso, foi possível

comparar os questionários dos dois grupos, como também fazer um levantamento de dados secundários em artigos, livros e periódicos.

Os dados foram coletados através da aplicação de 130 questionários em Sergipe e 130 na Bahia. A escolha da amostra não qualifica este estudo como quantitativo, dados que não houve escolha ou adoção de um método estatístico, admite-se, portanto, uma abordagem qualitativa. Os resultados encontrados foram tabulados no Sphinx, de forma que as informações coletadas fossem suficientes para alcançar os objetivos específicos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que visa tão somente descrever um fenômeno recente na sociedade brasileira, proporcionando maiores informações sobre o assunto, envolvendo levantamento bibliográfico e documental e observação direta. Esta pesquisa foi desenvolvida para proporcionar uma visão geral sobre a temática, dado que o tema escolhido é pouco explorado.

6 ANÁLISES DOS RESULTADOS

O estudo em questão foi desenvolvido através da aplicação de questionários na região metropolitana dos estados da Bahia e Sergipe. A aplicação dos questionários foi realizada aleatoriamente com indivíduos das duas regiões, as mesmas foram selecionadas pelo critério de acessibilidade e conveniência.

Na aplicação dessa pesquisa buscou-se como assunto preponderante o planejamento financeiro, buscando verificar a percepção das pessoas em avaliar o assunto, bem como o nível de endividamento familiar.

Em relação ao perfil encontrou-se nos dois Estados uma distribuição equitativa entre homens (53,85%) e mulheres (46,15%) com predominância de indivíduos casados ou em uniões estáveis [Sergipe (48,46%) e Bahia (47,69%)].

TABELA 1 – Caracterização da Amostra

SERGIPE			BAHIA		
Estado Civil	Qtde.	Freq.	Estado Civil	Qtde.	Freq.
Solteiro	60	46,15%	Solteiro	56	43,08%
Casado/ União Estável	63	48,46%	Casado/União Estável	62	47,69%
Separado/ Divorciado	6	4,62%	Separado/ Divorciado	8	6,15%
Viúvo	1	0,77%	Viúvo	4	3,08%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração própria (2013).

Houve uma diversidade de respostas em relação à faixa etária dos entrevistados. O maior percentual nos dois estados foi o da idade de 24 e 29 anos, seguido de 18 e 23 anos, as demais faixas etárias ficaram com percentuais bem menores.

TABELA 2 – Educação Financeira

SERGIPE			BAHIA		
Educação Financeira	Qtde.	Freq.	Educação Financeira	Qtde.	Freq.
SIM	57	43,85%	SIM	48	36,92%
NÃO	53	40,77%	NÃO	68	52,31%
Não Resposta	20	15,38%	Não Resposta	14	10,77%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração própria (2013).

Quando perguntados se já haviam ouvido falar sobre educação financeira, verificou-se que em Sergipe a maioria afirmou que já ouviu falar e que até utilizavam algum tipo de controle pessoal, mesmo assim, observou-se que, um percentual muito alto (40,77%) ainda não tinha ouvido falar nada a respeito e muitos nem sabia do que se tratava.

Na Bahia o percentual dos que nunca ouviram falar foi 52,31% a mais do que já ouviram, ou seja 52,31% afirmaram nunca ter ouvido falar em educação financeira.

Evidencia-se que nesse aspecto as populações dessas duas regiões ainda precisam de mais orientação e conscientização em relação a esse determinado assunto que é primordial para uma vida financeira saudável.

TABELA 3 – Controle financeiro

SERGIPE			BAHIA		
Tipo de Controle Financeiro	Qtde.	Freq.	Tipo de Controle Financeiro	Qtde	Freq.
Caderno de Anotações	54	41,54%	Caderno de Anotações	48	36,92%
Extrato Bancário	11	8,46%	Extrato Bancário	9	6,92%
Fatura do Cartão de Crédito	4	3,08%	Fatura do Cartão de Crédito	12	9,23%
Planilha de Anotações	16	12,31%	Planilha de Anotações	9	6,92%
Planilha Eletrônica	18	13,85%	Planilha Eletrônica	22	16,92%
Não Resposta	27	20,77%	Não Resposta	30	23,08%
Total OBS.	130	100%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Ao analisar a tabela 3 foi possível verificar que, em escala decrescente de utilização dos tipos de controle financeiro, percebe-se que o mais utilizado pelos entrevistados foi o prático e rápido caderno de anotações, seguido por não resposta, isso bem relevante já que um número razoável de pessoas ainda não tinha ouvido falar de educação financeira.

Em terceiro lugar, estão as planilhas eletrônicas, seguidas por planilhas de anotações. As demais respostas ficaram com percentuais bem menores nos dois Estados pesquisados. Nota-se que das pessoas que já ouviram falar sobre educação financeira, grande parte também, utilizam algum mecanismo de organização das suas finanças.

Fernando Cymbaluk em entrevista no site da UOL em São Paulo, citou a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) divulgada pelo IBGE, analisando dados dos últimos 20 anos, a variação entre o número de residentes e pessoas remuneradas na família é grande e tem-se observado que o número de famílias aumenta, enquanto o número de integrantes das mesmas diminui. Em 1991, a família brasileira em área urbana possuía, em média, 4,06 integrantes e em área rural, a média era de 4,69.

TABELA 4 – Tamanho da Família

SERGIPE			BAHIA		
Quantidade de Pessoas na Família	Qtde.	Freq.	Quantidade de Pessoas na Família	Qtde.	Freq.
1 Pessoa	6	4,62%	1 Pessoa	12	9,23%
2 Pessoas	46	35,38%	2 Pessoas	22	16,92%
3 Pessoas	22	16,92%	3 Pessoas	38	29,23%
4 Pessoas	30	23,08%	4 Pessoas	39	30,00%
5 Pessoas	19	14,62%	5 Pessoas	10	7,69%
6 ou mais	7	5,38%	6 ou mais	9	6,92%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Em Sergipe a maior parte das famílias pesquisadas apresentam apenas 2 integrantes (56,15%) já na Bahia 4 integrantes (30,00%).

TABELA 5 – Remuneração

SERGIPE			BAHIA		
Pessoas Remuneradas na Família	Qtde.	Freq.	Pessoas Remuneradas na Família	Qtde.	Freq.
1 Pessoa	22	16,92%	1 Pessoa	32	24,62%
2 Pessoas	73	56,15%	2 Pessoas	64	49,23%
3 Pessoas	15	11,54%	3 Pessoas	17	13,08%
4 Pessoas	8	6,15%	4 Pessoas	10	7,69%
5 Pessoas	1	0,77%	5 Pessoas	6	4,62%
6 ou mais Pessoas	0	0,00%	6 ou mais Pessoas	0	0,00%
Não Resposta	11	8,46%	Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

No quesito remuneração [tabela 5], verificou-se que tanto na Bahia como em Sergipe, encontram-se, em sua maioria, apenas 2 integrantes com remuneração nas famílias, no entanto, para Sergipe a maioria das famílias estudadas possui a mesma quantidade de integrantes e pessoas com remuneração.

TABELA 6 – Renda Mensal

SERGIPE			BAHIA		
Renda Mensal Líquida	Qtde.	Freq.	Renda Mensal Líquida	Qtde.	Freq.
De R\$ 0,00 a R\$ 678,00	4	3,08%	De R\$ 0,00 a R\$ 678,00	47	36,15%
De R\$ 679,00 a R\$ 2.034,00	76	58,46%	De R\$ 679,00 a R\$ 2.034,00	52	40,00%
De R\$ 2.035,00 a R\$ 4.069,00	34	26,15%	De R\$ 2.035,00 a R\$ 4.069,00	15	11,54%
De R\$ 4.070,00 a R\$ 6.103,00	8	6,15%	De R\$ 4.070,00 a R\$ 6.103,00	8	6,15%
Acima de R\$ 6.103,00	7	5,38%	Acima de R\$ 6.103,00	5	3,85%
Não Resposta	1	0,77%	Não Resposta	3	2,31%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Na região metropolitana de Sergipe mais da metade das famílias tem um rendimento entre 679,00 e 2.034,00 (58,46%) e outro grande número de famílias tem uma renda mensal líquida entre 2.035,00 e 4.069,00 (26,15%). Na Bahia foi encontrada ainda uma grande concentração na faixa que vai de 0,00 a 2.034,00 (76,15%).

Enfim, levando em consideração as informações das tabelas 7,8, 9 e 10, depois de traçados o perfil dos entrevistados e também dos dados qualitativos das famílias em questão, foi lançado uma pergunta sobre a qual os entrevistados se pronunciaram em relação ao endividamento.

TABELA 7 – Comprometimento da Renda

SERGIPE			BAHIA		
Comprometimento da Renda em %	Qtde.	Freq.	Comprometimento da Renda em %	Qtde.	Freq.
Até 20%	24	18,46%	Até 20%	13	10,00%
De 21% a 40%	34	26,15%	De 21% a 40%	21	16,15%
De 41% a 60%	30	23,08%	De 41% a 60%	44	33,85%
De 61% a 80%	28	21,54%	De 61% a 80%	35	26,92%
Acima de 80%	14	10,77%	Acima de 80%	17	13,08%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 8 – Endividamento

SERGIPE		
Motivação do Endividamento	Qtde	Freq.
Necessidade	84	64,62%
Liquidação	8	6,15%
Satisfação Própria	25	19,23%
Orçamento	9	6,92%
Preço do Produto	3	2,31%
Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%

BAHIA		
Motivação do Endividamento	Qtde.	Freq.
Necessidade	90	69,23%
Liquidação	9	6,92%
Satisfação Própria	15	11,54%
Orçamento	11	8,46%
Preço do Produto	5	3,85%
Não Resposta		0,00%
Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 9 – Obrigações

SERGIPE		
Obrigações Mensais	Qtde.	Freq.
Adiantamento	12	9,23%
Empréstimos	3	2,31%
Em Dia	95	73,08%
Em Atraso	19	14,62%
Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%

BAHIA		
Obrigações Mensais	Qtde.	Freq.
Adiantamento	3	2,31%
Empréstimos	18	13,85%
Em Dia	73	56,15%
Em Atraso	29	22,31%
Não Resposta	7	5,38%
Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 10 – Comprometimento da Renda

SERGIPE		
Comprometimento da Renda	Qtde.	Freq.
Alimentação	92	30,36%
Compras c/ Cartão de Crédito	76	25,08%
Empréstimos	14	4,62%
Lazer	19	6,27%
Moradia	33	10,89%
Saúde	38	12,54%
Veículo	31	10,23%
Total OBS.	303	100,00%

BAHIA		
Comprometimento da Renda	Qtde.	Freq.
Alimentação	98	32,67%
Compras c/ Cartão de Crédito	53	17,67%
Empréstimos	22	7,33%
Lazer	8	2,67%
Moradia	67	22,33%
Saúde	19	6,33%
Veículo	33	11,00%
Total OBS.	300	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Na Bahia 54,62% se acham endividados e 33,85% dessas pessoas tem uma renda mensal comprometida de 41 a 60% das entradas líquidas mensais, seguido de 26,92% com 61 a 80% da renda comprometida, além disso, o dado mais preocupante é que nessa região 13,08% das pessoas comprometem acima de 80% da sua renda mensal, desse comprometido 32,67% é gasto em alimentação, 22,33% em moradia e 17,67% em compras no cartão de crédito e quando questionados sobre os motivos dessas compras 69,23% fazem por necessidade e 11,54% por Satisfação própria.

Em Sergipe 30,36% da renda é gasta com alimentação, embora 25,08% seja gasta com cartão de crédito. Os sergipanos têm uma maior faixa salarial conforme tabela 7, isso contribui para o aumento das compras, já que, a facilidade de crédito possibilita tal artifício.

Pode-se verificar ainda que, em Sergipe 64,62% das pessoas compram por necessidade, e 19,23% por satisfação própria, as demais motivações de consumo dos dois estados estão descritas na Tabela 8.

Vale ressaltar também que, a realidade de endividamento em Sergipe chamou muito atenção, pois, 34,62% confirmaram que se acham no momento endividadas. Em Sergipe 26,15%, já tem contas a pagar com sua renda mensal em torno de 21 a 40%, logo após 23,08% das pessoas tem suas obrigações a cumprir em torno de 41 a 60%, e apenas 10,77% antes de receber o salário já comprometem acima de 80% de sua renda. Além disso, quando compara-se a forma pela qual os entrevistados costumam quitar suas dívidas essa realidade se torna ainda mais favorável a Sergipe, 73,08% dos entrevistados pagam suas contas em dia, e apenas 14,62% em atraso, já na Bahia, apenas 56,15% costumam cumprir com suas obrigações no prazo determinado e 22,31% pagam em atraso conforme tabela 9.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados encontrados na Pesquisa de Campo verificou-se que o perfil social, econômico, financeiro das famílias analisadas ainda se caracteriza por baixa renda, além disso, tanto na Bahia como em Sergipe, encontram-se, em sua maioria, apenas 2 integrantes com remuneração nas famílias.

Ao avaliar qual o nível de endividamento das famílias em questão há uma distribuição equitativa no nível de comprometimento e ao analisar os fatores que afetam o nível de endividamento das famílias pesquisadas verifica-se uma alta concentração no item alimentação.

Quanto os instrumentos de Planejamento Financeiro disponíveis e quais são utilizados pelas famílias o caderno de anotações lidera a preferência seguido pela planilha eletrônica, métodos que podem ser considerados bastante simples. Em ambos estados mais que 20% dos respondentes, em cada um deles, afirmaram não optaram por método algum.

Assim, ao buscar entender de que forma o Planejamento Financeiro contribui para a redução do nível de endividamento das famílias da Bahia e Sergipe, pode-se afirmar que a utilização de técnicas de educação financeira poderiam contribuir para a redução do endividamento de tais famílias.

A partir da análise da pesquisa realizada e das informações apuradas nesse estudo, pode-se considerar que para preparar um futuro financeiro seguro, é necessário boa orientação e planejamento quanto ao uso do dinheiro, bem como a prevenção de gastos desnecessários.

A ausência do planejamento proporciona um desequilíbrio financeiro e o comprometimento total da renda, além de deixar o indivíduo descapitalizado para eventuais emergências. É necessário dispor de tempo e organização. Medidas simples podem ser aplicadas como, por exemplo, a ferramenta principal: o orçamento. Colocar em um caderno de anotações ou em uma planilha, ou em qualquer outro instrumento de registro as receitas e despesas previstas para o mês, auxilia no controle e lhe dá subsídios para saber no que investir ou contrair uma dívida que você possa pagar.

Todos integrantes da família deverão estar envolvidos no planejamento financeiro, uma vez que isso possibilita um amadurecimento e compreensão da real situação financeira da família. Assim possibilitando a definição de metas e estratégias para alcançar um objetivo comum da família que é o equilíbrio e a estabilidade financeira.

Quando o consumo tem as suas motivações equilibradas necessidade versus conveniência, o orçamento acaba enxugado e apresentando resultados mais favoráveis. A facilidade de crédito muitas vezes leva os indivíduos a consumirem mais e o pior, desnecessariamente. Para que essa situação não piore, é essencial se perguntar antes de efetuar uma compra se ela é mesmo necessária ou é apenas para satisfazer o desejo de consumo. A principal razão para o descontrole financeiro é gastar mais do que se ganha, ou seja, as despesas, os desembolsos são maiores que as entradas de recursos.

Por fim, considera-se que a organização resultante de um planejamento financeiro proporciona com que os indivíduos e família não fiquem endividados. Fazer um orçamento mensal e/ou anual é uma boa indicação. Usar o cartão de crédito de forma inteligente pode contribuir para reorganização das finanças e concentração dos gastos através do pagamento de conta mensal. Quitar sempre as dívidas em dias reduz a incidência de juros e com isso o diminui o comprometimento da renda. Mudar de atitude, abandonar velhos hábitos requer esforço, no entanto, as recompensas são excepcionais.

REFERÊNCIAS

BLOCK-LIEB, Susan e JANGER, Edward J. **The Myth of Rational Borrower: Rationality, Behavioralism and the Misquid “Reform of Bankruptcy Law”**. Texas Law Review, v. 84, n. 6. Mai/2006.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html> Acesso em: 07 jan 2013.

CNC, Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <http://www.cnc.org.br> Acesso em: 12 dez 2012.

CYMBALUK, Fernando. **Família brasileira encolhe e cada vez mais gente mora sozinha, aponta IBGE**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/21/familia-brasileira-encolhe-e-cada-vez-mais-gente-mora-sozinha.htm>. Acesso em: 15 jul 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira: quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira**. 2.ed. São Paulo: Elevação, 2007.

FARINHAS, Altemir Carlos. **Cura!**: Há solução para sua vida financeira. Curitiba: A.C. Farinhas, 2005.

FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

GICEA - Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego e ADAPT/EQUAL. **Manual do Formando – Gestão e Economia Familiar**. Disponível em: http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=19531706&att_display=n&att_download=y. Acesso em: 07 jan 2013.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

IEF – Instituto de Estudos Financeiros – **Planejamento financeiro pessoal**. Disponível em: <http://www.ief.com.br/bolso.htm>. Acesso em: 07 jan 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 dez 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHAELIS, Dicionário Escolar Língua Portuguesa com Nova Ortografia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MIRANDA, Luis Carlos; LIBONATI, Jerônimo José. **Planejamento Operacional**. In: Controladoria: Agregando valor para a empresa. Paulo Schmidt (Coordenador). Porto Alegre: Bookmann, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégicos: Conceitos Metodologia e Práticas**. São Paulo. Atlas, 1999.

SOMAN, Dilip. **Effects of Payment Mechanism on Spending Behavior: The Role of Rehearsal and Immediacy of Payments**. Journal of Consumer Research, University of Chicago Press, v 27, 460-474, Mar/2001.

STRATE, Anete Berenice Schaeffer. **Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar**. Disponível em: <http://www.univates.br/bdu/handle/10737/107/1/AneteStrate.pdf>. Acesso em: 07 jan 2013.

TORRALVO, Caio Fragata. **Planejamento financeiro pessoal: ciência ou arte?** Disponível em: <http://financenter.terra.com.br/Index.cfm/Fuseaction/Secao/IdSecao/2054>. Acesso em: 07 jan 2013.